



## RECUPERAÇÃO ESCOLAR APLICADA COM USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO ENSINO REMOTO: EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Carlos Alberto da Silva Junior

carlosjr1705@gmail.com

Aluno no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza.

Rosália Maria Netto Prados

rosalia.prados@gmail.com

Professora no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Paula Souza.

### RESUMO

O presente artigo trata da recuperação escolar, por meio de recursos educacionais digitais na educação profissional. Justifica-se o interesse pelo tema, por abordar uma alternativa de oferta de estudos paralelos pelos professores, que possam ocorrer fora do horário regular escolar. Fundamentado nos principais conceitos de educação profissional, de recursos educacionais digitais e de recuperação escolar, este artigo tem como objetivo, apresentar uma opção de recuperação paralela, por meio da oferta de recursos educacionais digitais para auxiliar os docentes em atividades de reforço ou recuperação escolar em instituições de ensino que atuam em educação profissional. A metodologia é de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, sobre relatos de experiências de dois docentes que se baseiam na promoção de estudos de recuperação, por meio de materiais elaborados na configuração de cursos, com o formato de páginas da Web e na utilização de vídeos gravados pelo próprio docente. Os principais resultados obtidos nas atividades verificadoras de aprendizagem são satisfatórios nesta oferta de recuperação escolar na educação profissional.

Palavras-chave: Recuperação escolar, Recursos Educacionais Digitais, Educação profissional, Ensino remoto

### INTRODUÇÃO

A avaliação diagnóstica é o método usado pelos educadores, em sua prática pedagógica, para se entender o trabalho docente durante o processo de ensino/aprendizagem, por meio do qual se destacam as fragilidades e potencialidades apresentadas pelos estudantes. Com base nela, o educador pode traçar um plano de trabalho para poder, não somente melhorar os resultados, mas também proporcionar ao estudante, um melhor desempenho no seu processo de aprendizagem em educação profissional.

De acordo com Fachineto et. al. (2020), a avaliação escolar deve contribuir com o diagnóstico da situação em que se encontra o estudante para oferecer-lhe recursos e orientá-lo a uma aprendizagem de qualidade por meio do ensino adequado. Para Santos e Abar (2020), o docente



pode se deparar com algumas situações de dificuldades de aprendizado e/ou de assimilação de um determinado conteúdo por parte dos alunos, quando analisa os resultados das atividades avaliativas, dificuldades essas que podem ser reflexos da deficiência da escolarização à qual o aluno teve acesso anteriormente, ou dificuldade na assimilação dos novos conteúdos.

Por conta dessas dificuldades de aprendizado, o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para o aprendizado do aluno no componente curricular fica comprometido. Para que esses alunos consigam atingir as competências necessárias para o seu desenvolvimento e aproveitamento do componente curricular, é necessário que sejam trabalhados estudos de recuperação (SANTOS e ABAR, 2020).

A recuperação é a oportunidade que a instituição de ensino oferece ao aluno que não assimilou um conteúdo e/ou não adquiriu as competências e habilidades necessárias para aprovação em um ou mais componentes curriculares desenvolvidos ao longo de um período em um determinado curso. A Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 24, Inciso V, alínea “e”, trata das regras comuns da organização da Educação Básica, dispõe sobre os critérios de verificação do rendimento escolar e destaca: “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.

Os estudos de recuperação, de forma paralela, podem ser realizados de duas maneiras: por meio de aulas extras para alunos que apresentam uma dificuldade mais acentuada e que requerem mais contato com a matéria, ou realizada no final de cada período do ano letivo, quando o aluno recebe junto com o seu boletim, um plano de estudo para ser seguido. Após o término desses estudos, o aluno faz uma avaliação a respeito do conteúdo apresentado no plano de estudo específico e será aprovado, se conseguir atingir as competências e habilidades necessárias para aprovação no devido componente curricular.

De maneira geral, as instituições de ensino oferecem a recuperação paralela após as primeiras avaliações, momento em que se é possível verificar as notas e/ou menções dos alunos e identificar os casos daqueles que necessitam cursar a recuperação. Desta forma, este artigo busca responder a seguinte questão: Como é possível oferecer aos alunos estudos de recuperação paralela, utilizando-se de recursos educacionais digitais, para contribuir com a melhoria do processo ensino-aprendizagem das disciplinas constantes no currículo da educação profissional, nas quais eles apresentam dificuldades de assimilação?

Para a organização deste artigo, primeiramente, apresenta-se um referencial teórico com os principais conceitos de recuperação paralela, de recursos educacionais digitais e de educação

profissional; segue-se com a descrição de duas experiências docentes sobre um projeto de recuperação escolar na educação profissional, com oferecimento de recursos educacionais digitais e as considerações finais

## REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresentam-se discussões sobre a recuperação, que pode se desenvolver, ao longo do processo de ensino e aprendizagem pelo professor, em sala de aula, mas não é diretamente o foco deste estudo. A recuperação paralela, também, pode se desenvolver continuamente, mas não inserida no período das aulas e pode ser disponibilizada, de modo que o aluno tenha a possibilidade de estudar quando surgirem suas dificuldades. Seguem, ainda, bases teóricas sobre Recursos Educacionais Digitais, sobre o Ensino Remoto e sobre a Educação Profissional, para se fundamentar esta discussão e descrição das experiências docentes.

## RECUPERAÇÃO PARALELA

A avaliação da aprendizagem é, comumente, o processo mais seguro de se fazer uma análise de como os alunos estão interagindo nos processos de ensino e aprendizagem. Ela pode ser diagnóstica (ou de entrada), cumulativa ou final. De acordo com Fachineto et. al. (2020), a avaliação diagnóstica é o método usado pelos docentes, em suas práticas pedagógicas, para entender as falhas no processo de ensino e aprendizagem, por meio do qual se destacam as fragilidades e potencialidades apresentadas pelos estudantes. Segundo Luckesi (2005), para ser diagnóstica, a avaliação necessitará ser declarada como um instrumento de domínio do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, pretendendo tomar decisões assertivas para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Após a identificação das debilidades, é necessário encontrar maneiras de se oferecerem estudos de recuperação.

A recuperação pode ser ofertada de forma contínua, que são atividades e estudos realizados pelo professor no decorrer das aulas semanais, no horário regular das aulas, mas que não é o objeto de estudo deste artigo, e de forma paralela, que é ofertada em momentos diferentes da aula e a carga horária desses estudos não pode ser inserida na carga horária determinada para o desenvolvimento da disciplina. Para Almeida, Caetano e Souza (2021), a recuperação é vista na perspectiva da educação brasileira como recuperação paralela e recuperação final. A recuperação é colocada à disposição do aluno, para que ele acesse no momento mais adequado, e possa superar as dificuldades encontradas e que não foram superadas no cotidiano escolar.

Segundo Silva (2007), o aprendizado pode acontecer em diferentes momentos do processo, ou seja, não é linear, e por este motivo que o regime de ciclos permite que o aluno prossiga sem



reprovar, ainda que não tenha alcançado o domínio necessário de alguns conteúdos. De acordo com Oliveira e Amaral (2020, p. 612) o desenvolvimento da recuperação paralela seria ao longo do ano letivo. Para Almeida, Caetano e Souza (2021), a recuperação paralela é promover a estudos extras para os alunos de baixo rendimento, que ficaram com notas inferiores à média escolar, caminhando junto com o desenvolvimento das aulas, mas fora do horário escolar, para que o aluno seja capaz de sanar as dúvidas e desenvolver o seu conhecimento sem que haja interferências dos problemas de assimilação anterior.

De acordo com Rocha (2020), a recuperação é um mecanismo indicado como parte de um processo de ensino-aprendizagem e se constitui como um recurso necessário para atualização e retificação das aprendizagens que não foram dominadas no processo de escolarização. Para Caldas, (2010), a recuperação não é apenas a repetição de conteúdos não aprendidos, mas se trata de uma nova oportunidade, um novo momento no qual serão aplicadas novas metodologias para atingir os objetivos propostos.

Em conformidade com Lima e Moura (2015), a realidade das escolas dificulta o atendimento individual dos alunos, por terem turmas numerosas, o professor precisa auxiliar os alunos que apresentam defasagens na aprendizagem, para que estes possam superar as dificuldades e que adquira conhecimentos concretos e serem capazes de aplicá-los em problemas do seu cotidiano. O professor se torna o intermediário entre o aluno e a informação e cabe a este compartilhar diferentes formas de obter informações, além de conhecer as diferentes ferramentas que podem auxiliar os seus alunos, e dessa forma, conseguir aplicar a recuperação paralela de forma que ela alcance o seu principal objetivo, que é superar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

## RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Os recursos educacionais digitais (RED) podem ser descritos como os diferentes objetos digitais de aprendizagem, utilizados para fins educacionais, segundo Silva Junior, Almeida e Prados (2021). Para Macêdo (2020), os RED são recursos que permitem a combinação multimídia e a interatividade, que pode contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, para promover a manipulação de objetos, a interação e a representação dos elementos do recurso, a fim de facilitar a aprendizagem por meio da combinação de palavras, imagens e sons.

De acordo com Veiga (2019), os recursos educacionais digitais podem ser classificados como objetos de aprendizagem, vídeos, sites ou repositórios. Hitzschky et al. (2020), nos dizem que os RED são quaisquer recursos digitais, como softwares, aplicativos educacionais e objetos de aprendizagem, construídos e estruturados por meio de instrumentos multimidiáticos como textos, imagens, animações e elementos audiovisuais.



Para Silva Junior, Almeida e Prados (2021), os RED podem ser desenvolvidos ao se levar em consideração as estratégias pedagógicas e como os alunos e professores poderão utilizá-los na sala de aula. Para Hitzschky et al. (2019), os RED podem, de maneira positiva, influenciar os espaços educacionais, pois conseguem diversificar as práticas pedagógicas por meio das suas ferramentas multimidiáticas. Segundo Bueno e Neto (2018), essa contextualização permite que os alunos possam traçar uma relação entre os conteúdos e suas aplicações práticas, de maneira participativa e dinâmica, além de mensurar a interdependência das diferentes disciplinas, criando um ambiente interdisciplinar.

De acordo com Silva Junior, Almeida e Prados (2021), os RED podem ser de diferentes formatos, como textos, áudios, vídeos, imagens e páginas web; atender a diferentes níveis de públicos e possuírem diferentes finalidades (superior, fundamental, primário, técnico, empresarial); possuir diferentes tamanhos ou granularidades (conteúdos atômicos independentes, lições, aulas completas, capítulos, livros); ser de diversos tipos (animações, simulações, tutoriais, jogos); rodar em diferentes plataformas (computadores pessoais, tablets, celulares); possuir diferentes licenças e condições de uso (gratuitos, pagos, abertos e adaptáveis, fechados) e abordar diferentes temáticas ou disciplinas e a sua utilização pode auxiliar no desenvolvimento das práticas educativas diferentes das metodologias tradicionais, priorizando a dinamicidade educativa. Os professores que utilizarem algum dos RED, precisam compreender as funcionalidades deles para então inserirem nos seus planos de ensino.

Em conformidade com Hitzschky et al. (2020), a reflexão sobre como os docentes irão atuar, frente às possibilidades que os RED podem proporcionar para as situações da sala de aula e da recuperação da aprendizagem, torna-se imprescindível, pois o professor, enquanto autor desse processo, deve ser qualificado para a utilização pedagógica dos RED e aproveitá-los em todo o seu potencial, pois com isso, será possível perceber melhorias em suas metodologias e no saber fazer docente e, conseqüentemente, angariar resultados satisfatórios na sua utilização.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com Silva Junior (2019), a educação profissional pode ser exposta como um processo de aprendizagem de práticas profissionais, pois um processo consiste na sequência de entrada, de desenvolvimento e de saída. Na educação profissional, o aluno inicia com suas experiências, seus conhecimentos e seus desejos, passa pelo processo de aprendizagem por meio da aquisição de competências (teorias), de habilidades (práticas) e resulta em um profissional apto a exercer uma profissão. “A condição de aprendizagem define-se como aquela em que o adolescente se profissionaliza trabalhando, dentro de um processo educacional previsto na Lei 10.097” (BRASIL, 2000). A educação profissional oferece uma série de cursos, que tem objetivo de fornecer ao



estudante, o conhecimento teórico-prático de determinada área do conhecimento, que exige qualificação para seu exercício (MACÊDO; ALBERTO, 2012).

Segundo Coradini, Borges e Dutra (2020), a educação profissional é um conjunto de atividades que servem para adquirir os conhecimentos teóricos e práticos por meio das competências, habilidades e atitudes, que são determinantes para o bom desempenho da pessoa em sua carreira como um todo, e com pretensões de não só formar pessoas nos moldes do conhecimento teórico e prático, mas também em termos de ética, cidadania, política, comportamento e sociedade, mostrando uma visão ampla do mundo e suas problemáticas que envolvem a construção de uma sociedade democrática mais eficiente.

Para Peterossi e Menino (2017), a educação profissional é entendida como a forma de educar para o trabalho numa sociedade do conhecimento. De acordo com Oliveira, Romano e Prados (2021), a educação profissional vai além de apenas fazer com que o discente aprenda uma profissão, ou ofício, portanto, argumenta-se que essa formação é aquela capaz de fornecer conhecimentos que preparam o aluno, no exercício de uma profissão, a assumir oportunidades que o mundo moderno lhe oferece.

Em concordância com Gonzatti e Ahlert (2019), a educação profissional é a solução indicada para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais que são exigidas do trabalhador, com base nas novas exigências de profissionalização que são ocasionadas pelas transformações no mundo do trabalho. Para isso, é importante que as escolas de educação profissional preparem as pessoas que aprenderam a construir de maneira autônoma, as competências profissionais e que sejam capazes de articular e incorporar diversas áreas do saber. Dessa forma, a competência profissional deve ir além do conhecimento técnico que são requeridas para o exercício de uma prática profissional, a um conjunto de comportamentos interativos, como tomada de decisões, comunicação com o ambiente, organização do trabalho e outros comportamentos que se fazem necessários para o bom desempenho profissional.

Para Silva Junior, Almeida e Prados (2021), a educação profissional é uma modalidade de ensino que exige a construção de conhecimentos que capacitem os estudantes a analisar, questionar e compreender o ambiente no qual estão inseridos e que eles possam desenvolver capacidade investigativa sobre a vida, de maneira crítica e criativa, que sejam capazes de identificar as necessidades e as oportunidades de melhorias, para si, para os seus e para a sociedade que vivem e que atuam como cidadãos. Prados, Ramirez e Fernandez (2020) dizem que a educação profissional, em mudança constante, evidencia peculiaridades de um conjunto de instâncias da sociedade, que vai desde o mercado de trabalho, sistema administrativo até o sistema político.



Desta forma, a recuperação escolar deve possibilitar ao aluno com dificuldade de aprendizagem, desenvolver as competências e habilidades requeridas na educação profissional, para que ele possa atuar de forma participativa, crítica e criativa, com flexibilidade e mobilidade na vida social e profissional.

## ENSINO REMOTO

Diferentemente, do Ensino a distância, que tem sido implementado ao longo de anos e aplicado por diferentes instituições ao redor do mundo (PRATA et al, 2020), o ensino remoto ganhou força nos anos 2020 e 2021 em função do isolamento social, imposto pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19.

Em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publicou a portaria nº 343/2020, que autorizava, em caráter de excepcionalidade, a substituição das aulas presenciais, por aulas mediadas pelas tecnologias digitais por até trinta dias, prorrogáveis, dependendo da orientação do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde dos estados e municípios. Em sequência, o MEC publicou as portarias nº 345, de 19 de março de 2020, nº 395, de 15 de abril de 2020 e nº 473, de 12 de maio de 2020, que alteravam a portaria nº 343 e prorrogavam por mais trinta dias cada, o período para substituição das aulas presenciais por aulas mediadas por tecnologias digitais.

Em junho de 2020, o MEC publicou a portaria nº 544/2020, que revogava as anteriores e estendia tal substituição até dia 31 de dezembro de 2020. Em 7 de dezembro de 2020, a portaria nº 1.038 faz alterações na portaria nº 544 e estende a substituição das aulas presenciais por aulas em formato remoto até fevereiro de 2021.

Para Charczuk (2020), uma estratégia disseminada no país foi a adoção de recursos remotos e a internet para que possibilitasse aos professores o envio e compartilhamento de atividades e materiais didáticos com os estudantes. De acordo com Silva Junior, Almeida e Prados (2021), as instituições de ensino instituíram o ensino remoto, mediado por tecnologias com a utilização de softwares que antes eram apenas utilizados para reuniões online, para realização das aulas e cumprimento do calendário escolar.

Para Costa (2022), o ensino remoto está em desenvolvimento desde 2019, em consequência do isolamento social e com o interrompimento súbito das aulas presenciais, os docentes foram requisitados a inserir as tecnologias digitais nas aulas que seriam ministradas de maneira presencial. Segundo Charczuk (2020), é importante fazer a diferenciação entre EaD e ensino remoto, que por mais que ambos utilizem a tecnologia da informação para implementação. Para a autora, o EaD consiste no uso das tecnologias e na temporalidade diferenciada, num espaço predominantemente virtual e organizado seguindo conjunturas didático-pedagógicas para este fim, ou seja, uma



modalidade de ensino tratada e assegurada pela lei; já o ensino remoto, segundo a autora, não é considerado uma modalidade de ensino, mas uma ação pedagógica que processa uma transposição do ensino presencial para o ensino mediado por tecnologias e ferramentas digitais.

Segundo Costa (2022), com o ensino remoto houve também a distribuição de materiais didáticos, apostilas e atividades para os estudantes que não possuíam acesso à internet. Ainda segundo a autora, limitar a definição do ensino remoto apenas como a aplicação de ferramentas tecnológicas para o seu desenvolvimento consiste em desprezar os aspectos teóricos pedagógicos da educação, em especial da aprendizagem. De acordo com Gatti (2020), o ensino remoto com utilização de diferentes plataformas educacionais, conectadas à internet, foi uma solução que se mostrou acessível a muitas redes de ensino e aos seus discentes, considerando a situação pandêmica, porém esta solução não abrangeu a todos, e nestes casos, o envio de material impresso, com a possibilidade de o estudante retornar à escola para entregar as atividades propostas foi adotado para atendimento de um maior número de estudantes.

Para Silva, Sousa e Menezes (2020), as vantagens do ensino remoto se dá na diminuição de gastos, como gastos de deslocamento, alimentação, cópias de materiais, vestimenta e outros, na diversidade tecnológica, como multiplicidade de métodos, recursos e possibilidades que as tecnologias oferecem para serem exploradas, de acordo com os objetivos e a forma adequada da modalidade de ensino e os estudos em momentos oportunos, já que o ensino remoto traz a flexibilidade de horários de estudos em seu arcabouço. Como desvantagens do ensino remoto, Gatti (2020) destaca as situações sociais, uma vez que, nem todos os estudantes dispunham de internet de boa qualidade, equipamentos necessários e essenciais para acompanhamento das aulas, a grande quantidade de alunos que não tinham o apoio mais efetivo dos pais, seja pelo nível educacional, seja por que estes trabalhavam nos setores considerados essenciais ou por outros motivos e também aqueles alunos que dependem de redes educacionais que não tinham condições de oferecer o ensino remoto.

Gatti (2020) ainda destaca que algumas pendências curriculares ficaram em suspensão, como as atividades práticas, de laboratório, de campo, de estágio da educação profissional, além de mencionar questões como condição e formação docente para o trabalho remoto e para a utilização das mídias, para o desenvolvimento de atividades e até de avaliação dos alunos.

Segundo Reis e Negrão (2022), é necessário repensar as práticas e dinâmicas pedagógicas, pois essa “conversão digital”, que passa do presencial para o digital, não pode ser tomada como a solução para a educação do presente, porque trazem à luz, problemáticas que inviabilizam a sua concretização, como a falta de políticas públicas para garantir a inclusão digital e tecnológica, garantias de boa conexões com a internet, habilidades para o trato com as tecnologias digitais,



diferentes estruturas organizacionais que resultam em práticas educativas desiguais e as limitações das plataformas digitais educativas, que por mais que ofereçam diferentes recursos, não substitui as mediações e interações constantes no ensino presencial.

## METODOLOGIA E RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS DOCENTES

A metodologia é de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, sobre relatos de experiências de dois docentes que se baseiam na promoção de estudos de recuperação, por meio de materiais elaborados na configuração de cursos, com o formato de páginas da Web e na utilização de vídeos como recursos educacionais digitais.

Para a realização da pesquisa, foram selecionados dois professores da educação profissional, um de uma instituição de ensino técnico em desenvolvimento de sistemas, o qual leciona diferentes componentes curriculares da formação profissional. Para a observação direta da experiência com este docente, foi escolhida a disciplina de desenvolvimento de software. O outro docente, de Língua Inglesa, ministra aulas em uma instituição de ensino superior tecnológico, nos cursos de análise e desenvolvimento de sistemas, silvicultura e gestão ambiental. Para a observação com este docente, foi escolhido o curso de análise e desenvolvimento de sistemas. Ambas as instituições são do estado de São Paulo.

Os autores deste artigo participaram como observadores da prática docente, que fundamentam as experiências e resultados descritos.

No ano acadêmico de 2020, em meados do mês de março, os professores foram orientados a dar sequência aos dias letivos de maneira remota, por meio do aplicativo Microsoft Teams, em decorrência do início da pandemia da COVID-19 no Brasil, conforme o Memorando Circular n.º 008/20 – GSE/GEPED de 18 de março de 2020 (SÃO PAULO, 2020). No documento, foi expresso o planejamento dos dias 16 a 29 de abril de 2020, em relação aos registros e ao dia a dia da unidade escolar e a partir do dia 30 de abril de 2020, o retorno das aulas no formato remoto, utilizando a referida plataforma.

As medidas foram recebidas com surpresa pelos docentes, já que todos teriam que alterar as suas maneiras de ensinar, de aplicar as suas técnicas de aprendizagem e alguns teriam que aprender a utilizar a ferramenta em questão, além de mudar as estratégias de recuperação que seriam oferecidas aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Para Carvalho e Araújo (2020), além do domínio das ferramentas tecnológicas que é apontado como um saber docente necessário para o ensino remoto, as estratégias de ensino a partir das tecnologias para o ensino remoto devem ser repensadas. De acordo com Silva Junior, Almeida e Prados (2021), os professores que atuam nessa frente são diversificados, no que tange à formação e experiências, e é repleta de profissionais de



diversas áreas. Para Peterossi (2014), além das competências técnicas, é exigido do professor um engajamento no que tange à busca dos caminhos que suscitem a práticas educacionais inovadoras.

Para a recuperação paralela das disciplinas de ensino profissional, que os professores participantes deste estudo ministram, foram utilizados recursos educacionais digitais, disponibilizando-os para os estudantes com baixo rendimento nas disciplinas verificadas.

Segundo o relato do primeiro professor, da área da tecnologia da informação, que leciona disciplinas do curso técnico em desenvolvimento de sistemas, aos alunos que apresentaram dificuldades de aprendizado, identificados no fim do primeiro bimestre, após realização de diferentes atividades avaliativas, foram disponibilizados os RED em formato de páginas web, dividido em aulas, de maneira que esses estudantes pudessem percorrer por todo o conteúdo disponibilizado. Os conteúdos disponibilizados nesses RED foram construídos levando em consideração os principais pontos de dificuldades de assimilação dos estudantes, verificadas nas atividades aplicadas durante o bimestre. Se caso um estudante tivesse dúvidas, poderia tirá-las contactando o professor na plataforma. Ao final da recuperação, foi proposta uma atividade verificadora de aprendizagem, de forma prática, na qual era possível verificar se as competências e habilidades desenvolvidas no estudo foram de fato alcançadas.

De acordo com Rodrigues (2015), essas atividades têm como premissa, a verificação do processo de aprendizagem do aluno, a fim de fornecer um retorno para o estudante, e esse processo de feedback tem que ser o propulsor da reorientação da aprendizagem, pois toda atividade verificadora de aprendizagem precisa reagir aos resultados, para extrair do aluno o seu melhor potencial.

O outro professor, que ministra o componente curricular Língua Inglesa no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, também optou por realizar sua recuperação paralela com os alunos que não conseguiram atingir o mínimo de aproveitamento esperado em sua disciplina, fora do horário em que as aulas eram realizadas. Foi elaborado um material em que se tratou dos assuntos estudados em aula com uma outra abordagem. Foram pequenos vídeos de, aproximadamente, cinco minutos cada um, gravados pelo próprio docente, para facilitar o acesso e para que os alunos pudessem assistir várias vezes, se assim o desejassem.

Esses vídeos eram acompanhados de atividades complementares para que fossem enviadas ao professor, assim que o aluno terminasse de assistir aos vídeos, e por sua vez, o professor as retornava aos alunos com seus comentários e considerações. Para Rodrigues (2015), as facilidades da tecnologia da informação aplicada ao ensino e as mudanças do ensino em grupo para um processo



individualizado, torna-se possível oferecer conhecimento da maneira, do método e no momento mais adequados aos estudantes.

Após os prazos estabelecidos pelos professores para que os alunos entregassem as atividades verificadoras de aprendizagem, em ambos os casos, foi possível analisar que a proposta de utilizar RED na recuperação escolar aplicada na educação profissional foram satisfatórias, pois de acordo com Rocha (2020), a recuperação utilizando diferentes instrumentos e recursos de ensino, colabora com a aprendizagem dos conteúdos que não foram aprendidos na disciplina regular e torna os conhecimentos acessíveis para maior parte dos estudantes.

Para Meredyk e Motta (2019), existem inúmeras vantagens para o uso de recursos educacionais digitais, além da maleabilidade, no qual o professor e o aluno alteram seus papéis do processo de ensino-aprendizagem. O aluno passa a ter um papel ativo em seu aprendizado e o professor assume o papel de facilitador e mediador do conhecimento, dando as ferramentas necessárias para que o aluno construa seu próprio conhecimento, além de aprimorar os seus saberes e conhecimentos, pois de acordo com Rodrigues (2021), os docentes que adotam um processo de ensino e aprendizagem com base nas ferramentas de tecnologias da informação e comunicação, precisam de uma preparação complementar, que vai além do conhecimento temático nas diferentes áreas. E nesse contexto, os alunos, que necessitavam desses estudos, construíram com êxito as atividades práticas e avaliativas propostas no final da recuperação, e desta forma, recuperaram as competências e habilidades necessárias para dar continuidade aos componentes curriculares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação é uma temática complexa, pois existe a obrigatoriedade imposta pela legislação vigente e a recomendação da oferta de estudos de recuperação, pelas instituições e pela necessidade dos alunos no desenvolvimento das suas competências e habilidades, tão importantes para a formação profissional. O desafio de se oferecer esses estudos de recuperação paralela, fora da carga horária da aula, é relativamente grande, pois nem sempre os alunos conseguem desenvolver os exercícios propostos. Aumentou consideravelmente quando foi estabelecido o isolamento social, imposto pela pandemia causada pelo COVID19, que resultou no fechamento das escolas e as aulas passaram a ser remotas, via plataformas de reuniões.

Diante do exposto, entende-se que a oferta de recursos educacionais digitais para aprimorar os estudos de recuperação paralela na educação profissional foi uma experiência válida e enriquecedora para os alunos, pois os RED são personalizados de acordo com a dificuldade de cada estudante e este se sente inserido no processo de aprendizagem, com papel ativo em seu aprendizado e para os professores, que além de assumir o papel de facilitador do conhecimento, aproveita a



oportunidade de aprimorar as técnicas, os saberes tecnológicos e a criatividade na oportunidade de ofertar os estudos de recuperação.

Os RED, permitem que os professores possam potencializar os estudos de recuperação, com diferentes tarefas e possa alcançar os alunos com diferentes dificuldades de aprendizagem, já que os professores podem adequar os conteúdos de acordo com a dificuldade apresentada pelos estudantes nos momentos das avaliações diagnósticas. Por meio dos resultados obtidos com base na observação das experiências destes professores, foi possível verificar que a oferta de recursos educacionais digitais pode ser considerado uma alternativa para oferecimento de estudos de recuperação paralela na educação profissional, e trazem resultados satisfatórios no que concerne à recuperação das competências e habilidades essenciais para o desenvolvimento dos estudantes desta modalidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. de; CAETANO, J. M. P.; SOUZA, C. H. M. de. A Perspectiva da Recuperação Paralela e o Multiletramento no Ensino de Língua Inglesa. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021. Disponível em <https://nasnub.com/ojs2/index.php/CILTecOnline/article/view/864>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL, Lei da Aprendizagem. Nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Brasília- DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm)

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Regulamenta os Sistemas de Ensino, Constituição, Avaliação, Recuperação entre outras e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

BRASIL. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 de mar. 2020.

BRASIL. Portaria n. 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de mar. de 2020. Diário Oficial da União, ed. 54-D, seção 1 - Extra, Brasília, DF, p. 1, 19 de mar. 2020.

BRASIL. Portaria n. 395, de 15 de abril de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de mar. de 2020. Diário Oficial da União, ed. 73, seção 1, Brasília, DF, p. 61, 16 de abr. 2020.

BRASIL. Portaria n. 473, de 12 de maio de 2020. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de mar. de 2020. Diário Oficial da União, ed. 90, seção 1, Brasília, DF, p. 55, 13 de maio. 2020.

BRASIL. Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de mar. de 2020, nº 345, de 19 de mar. de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Diário Oficial da União, ed. 114, seção 1, Brasília, DF, p. 62, 17 de jun. 2020.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020. Altera a Portaria MEC nº 544, de 16 de jun. de 2020 e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dez. de 2020. Diário Oficial da União, ed. 233-A, seção 1 - Extra A, Brasília, DF, p. 1, 7 de dez. 2020.



BUENO, C. K.; NETO, J. C. Objetos de Aprendizagem e o Ensino de Matemática: Possíveis Aproximações. Revista Ciências e Ideias, v. 9, n. 2, p. 115 – 125, mai./ ago. 2018. Disponível em <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/849>. Acesso em: 02 de abr. de 2022.

CALDAS, R. F. L. Recuperação escolar: discurso oficial e cotidiano educacional - um estudo a partir da Psicologia Escolar. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 264 f.

CARVALHO, E. M. dos S. ARAÚJO, G. C. de. Ensino remoto, saberes e formação docente: uma reflexão necessária. Revista Cocar. V.14 N.30 set./dez./2020 p. 1-19. Disponível em <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3583>. Acesso em 01 mar. 2022.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a transferência no ensino remoto: docência em tempos de pandemia. Educação & Realidade [online], Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxCwVc93pVg/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2022.

COSTA, M. A. DA. Coreografias de aprendizagem no ensino remoto emergencial: formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, v. 31, n. 65, p. 156-173, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11313>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CORADINI, N. H. K.; BORGES, A. F.; DUTRA, C. E. M. Tecnologia Educacional Podcast na Educação Profissional e Tecnológica. RECEI - Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 6, n. 16, abril/2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/bef3/2902253fac0f27259749e41f1cfa72ff452.pdf>. Acesso em 01 mar. 2022.

FACHINETO, S.; RAZIA SCANTAMBURLO, E. L.; CELLA ZANGALLI, L.; CEREZER KOHNLEIN, J. T. Avaliação de Aprendizagem em meio à Pandemia do Coronavírus no Brasil. Anuário Pesquisa e Extensão. Unoesc São Miguel do Oeste, [S. l.], v. 5, p. e24090, 2020. Disponível em <https://unoesc.emnuvens.com.br/apeusmo/article/view/25090>. Acesso em: 9 jun. 2022.

GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Estudos Avançados, [S. l.], v. 34, n. 100, p. 29-42, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.34100.003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178749>. Acesso em: 19 mar. 2022.

GONZATTI, H. C.; AHLERT, E. M. Competências e Habilidades do Egresso de Curso de Educação Profissional. Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado, v. 11, n. 4, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v11i4a2019.2377>. Acesso em: 9 jun. 2022.

HITZSCHKY, R. A. et al. A utilização de Recursos Educacionais Digitais (RED) de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e a formação docente: a inserção de RED em sala de aula. Revista Tecnologias na Educação. Ano 11, vol. 31. 2019. Disponível em: <https://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2019/12/Art11-Ano-11-vol31-Dezembro-2019.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

HITZSCHKY, R. A. et al. Formação docente e artefatos digitais: análise de Recursos Educacionais Digitais (RED) e a exploração de um repositório educacional digital. In: Workshop de Informática na Escola, 26., 2020, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020. p. 369-378. DOI: <https://doi.org/10.5753/cbie.wie.2020.369>.

LIMA, L. H. F. de; MOURA, F. R. de. O Professor no Ensino Híbrido. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Org.) Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: PENSO, 2015. p. 74-83.

MACÊDO, H. C. de. Recursos educacionais digitais (red) nas aulas de geografia: relato de experiência. Anais do V CONAPESC. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72911>. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

MACÊDO, O. J. V.; ALBERTO, M. F. P. O sentido da formação profissional no contexto da aprendizagem. Estudos de Psicologia, v. 17, n. 2, maio-agosto, 2012, p. 223-231



MEREDYK, F. MOTTA, M. S. Os Saberes do Professor de Matemática na utilização das Tecnologias Digitais em um Ensino Híbrido. REDIN - Revista Educacional Interdisciplinar. v. 8 n. 1 (2019): 24º Seminário Internacional de Educação, Tecnologia e Sociedade. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1459>. Acesso em 01 mar. 2022.

OLIVEIRA, A. L. P. de.; ROMANO, A. S.; PRADOS, R. M. N. Saberes Docentes: As Perspectivas Profissionais de Professores de Ensino Técnico. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 15, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i2.585. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/585>. Acesso em: 9 jun. 2022.

OLIVEIRA, T. M.; AMARAL, C. O processo descontínuo de recuperação paralela no Ensino Fundamental Anos Finais na aprendizagem em Matemática. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, v. 3, n. 2, 20 jul. 2020.

PETEROSI, H. G. Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: CEETEPS, 2014.

PETEROSI, H. G.; MENINO, S. E. A formação do formador. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.

PRADOS, R. M. N.; RAMIREZ, R. A.; FERNANDEZ, S. A. F. Discursos e Práticas Educacionais em Educação Profissional. Caminhos em Linguística Aplicada. Taubaté, SP v. 22 n. 1 p. 213-226 1º sem. 2020. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/2913/1908>. Acesso em: 9 jun. 2022.

PRATA, E. G. et al. Plataformas digitais e o ensino a distância em tempos de pandemia pelo olhar da docência. In: MARTINS, E. R. Tecnologias educacionais: ensino e aprendizagem em diferentes contextos. Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2020.

REIS, D.; NEGRÃO, F. DA C. O uso pedagógico das tecnologias digitais: do currículo à formação de professores em tempos de pandemia. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, v. 31, n. 65, p. 174-187, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/11392>. Acesso em: 14 mar. 2022.

ROCHA, A. S. E. Recuperação paralela: significações dos(as) alunos(as) do Ensino Médio Integrado ao Técnico Profissional acerca da proposta. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. 158f.

RODRIGUES, E. F. Avaliação e Tecnologia: A questão da verificação de aprendizagem no modelo de ensino híbrido. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. (Org.) Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. Porto Alegre: PENSO, 2015. p. 100-110.

RODRIGUES, M. de A. T. Efeitos da adoção de ferramentas de TIC no ensino remoto durante a pandemia do Coronavírus: o caso de uma IES do Vale do Paranaíba. REDIN - Revista Educacional Interdisciplinar. v. 10 n. 2 (2021): Redin - Dossiê "Experiências síncronas e assíncronas no Ensino". Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/2159>. Acesso em 01 mar. 2022.

SANTOS, E. C.; ABAR, C. A. A. P. O ensino híbrido como instrumento de recuperação paralela no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Revista de Produção Discente em Educação Matemática, v. 9, n. 1, 2020, p. 63-76.

SÃO PAULO, GSE/GEPED. Memorando Circular n.º 008/20 de 18 de março de 2020. Indicações pedagógicas para aulas à distância, em decorrência do Covid-19. São Paulo, 2020.

SILVA JUNIOR, C. A. Gamificação como Ferramenta de Auxílio para o Ensino-Aprendizagem da Educação Profissional de Jovens e Adultos. In: Simpósio dos Ensinos Médio, Técnico e Tecnológico, 6., 2019, São Paulo. Desafios dos Ensinos Médio, Técnico e Tecnológico: Ações Formativas no Contexto Contemporâneo. Anais do SEMTEC. São Paulo: CPS, 2019.

SILVA JUNIOR, C. A.; ALMEIDA, L. dos S.; PRADOS, R. M. N. O uso de recursos educacionais digitais no ensino remoto: saberes e experiências docentes na educação profissional. In: XVI Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. 2021, São Paulo. Produção de Conhecimento em Programas de Mestrado e Doutorado Profissionais: Experiências e Desafios. Anais. São Paulo: CEETEPS, 2021.



SILVA, A. C. O.; SOUSA, S. de A.; MENEZES, J. B. F. de. O ensino remoto na percepção discente: desafios e benefícios. *Dialogia*, São Paulo, n. 36, p. 298-315, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18383>. Acesso em: 19 mar. 2022.

SILVA, J. M. Os Programas de Recuperação Paralela e a Qualidade do Ensino Paulista. 2007. 158f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2007.

VEIGA, A. B. da. Produção de recursos educacionais digitais para o ensino técnico em audiovisual. TCC (Especialização em Inovação e Tecnologias em Educação), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 35p., 2019.